

XI OFICINA DE HISTÓRIA – Universidade Lusófona

15 de Março de 2011

Comunicação

Uma Perspectiva Geopolítica de Crise: a Península Coreana

Marco Batista Martins (Universidade de Évora/NICPRI)

Resumo:

Importa analisar sucintamente a questão da Península Coreana no contexto das respectivas implicações geopolíticas e geoeconómicas. No caso da Península Coreana, a interligação dos actores estratégicos encontra-se nos campos históricos e políticos derivado da proximidade geopolítica das principais potências regionais como sendo os casos do Japão e da República Popular da China. Na esfera de influência norte-americana localizam-se o Japão e a Coreia do Sul enquanto a China liga-se com a Coreia do Norte. No quadro geoeconómico, a *sunshine policy* visa a redução progressiva das tensões pela promoção de reencontros de famílias separadas e estabelecimento de empresas sul-coreanas em território norte-coreano que levaram à criação de três zonas económicas especiais, para além do apoio económico por parte da República Popular da China. As posições ora divergentes ora convergentes prendem-se com a sucessão e com a penúria alimentar, tendo como pano de fundo a ameaça nuclear.

Palavras-chave: Península coreana; reunificação; ameaça nuclear; interesse nacional

Operacionalização conceptual de situação de crise permanente

A situação de crise permanente da Península Coreana na actual reconfiguração da ordem mundial, de tendência multipolar, reflecte a ligação entre assuntos domésticos e internacionais no quadro da defesa, segurança e paz ao nível global. O sentimento de medo traduz a capacidade efectiva de projecção do poder por parte da Coreia do Norte por meio da ameaça de utilização de armamento bélico nuclear.

Por conseguinte, tal factor de crise gera respeitante à Coreia do Sul uma relação do conceito de tempo dinâmico, evolutivo e instável dotado de consequências não só na esfera regional como mundial. Anotemos que a própria noção de tempo nem é aplicável uniformemente ao nível global nem sequer equivalente para todos os seres humanos dado que cada actor das relações internacionais defende os seus próprios interesses ora convergentes ora divergentes onde parecem

existir dificuldades em programar ou encontrar as metas necessárias para outorgar um sentido à *universalidade planetária*.¹

Importa de igual modo mencionar que um dos elementos avaliados no quadro geoestratégico incide na capacidade de utilização de força na aplicação do poder por parte da Coreia do Norte que nem sempre se equipara à força militar. Nesse sentido, a sistemática ameaça ao recurso nuclear ou à possibilidade de conflito efectivo é lido como uma escalada aos extremos do uso do poder onde se aplica o exercício da razão no qual se analisam as vantagens enquanto estímulos na intenção de influenciar a conduta quer da Coreia do Sul quer dos principais intervenientes na região.

Com efeito, a projecção de poder por parte da Coreia do Norte e a transferência para a ordem internacional de um sentimento de insegurança constante revela a capacidade de uma unidade política de pretender impor a sua vontade. Paralelamente, não nos limitamos unicamente e objectivamente a analisar as questões de índole militar, mas também revela-se necessário introduzir outro factor não absoluto que consiste na relação humana operada ao nível da elite política no quadro da sucessão e da manutenção do poder estabelecido em torno do “*querido líder*”.

Daí que consideremos para além do poder militar, o valor político da relação humana, tendo em vista determinados desideratos a atingir cuja capacidade de exequibilidade depende fortemente do sentimento de unidade nacional e da respectiva imagem de poder na identificação desse mesmo poder e respectivo estatuto pretendido na arena internacional. Neste sentido, presenciamos a integração de três estados comportamentais nas relações humanas que se evidenciam na sua forma de acção como o estado de compreensão, de entreatajuda, de uma postura de arrogância e por último de agressão em situações extremas.

O comportamento do Homem depende do exercício de poder a que se sujeita, o que desencadeia mudanças comportamentais no processo de legitimação do mesmo. Identificamos a existência de uma mudança comportamental no indivíduo por afastar o conceito de confiança e de respeito mútuo, dando lugar a vantagens negociais a auferir e à prevalência da *realpolitik* na determinação da racionalização das suas acções no restabelecimento ou não de confiança e de ordem.

Efectivamente, numa perspectiva sistémica das relações internacionais, o próprio conceito de crise permanente localizado geograficamente na Península Coreana determina o grau de instabilidade que o sistema seja passível de absorver dado tratar-se de uma estrutura evolutiva onde possa advir uma alteração comportamental dos actores na tentativa de conservar o sistema (*homeostático*) sem existir modificação do mesmo ou de procurar a manutenção do equilíbrio (*homeostase*), passando de uma

¹ Vide sobre o conceito de tempo e do homem, Silvério da Rocha-Cunha, *O Improvável que Aconteceu e Outros Estudos em Torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global*, Ribeirão, Edições Húmus, 2008, pp. 204-205.

fase de instabilidade para estabilidade.² Acrescentamos numa perspectiva da *autopoiesis*, inspirada em Humberto Maturana,³ ao considerar que as relações internacionais operam no sistema vivo e pertencem à envolvente externa, entenda-se ao meio envolvente do ser vivo, originando sequencialmente fenómenos de relações em rede e de interações com implicações directas no comportamento do Homem, para além de possíveis repercussões quer na esfera de actuação do estado enquanto actor das relações internacionais quer na condução da política internacional.

Entendemos que as perturbações ao meio envolvente incitam à adaptação do sistema vivo, neste caso particular do Homem, perante a nova realidade com que se depara ou a advir, levando consequentemente a adequar o seu comportamento e activando dessa forma mudanças estruturais sistémicas para o próprio Homem e para o ambiente externo on se encontra o sistema vivo. Assim sendo, o Homem, na garantia da sua sobrevivência, demonstra capacidade de resposta face às perturbações a que o meio envolvente se tornou alvo. Por outras palavras, o Homem evidencia habilidade adaptativa e selectiva na utilização das estruturas representativas do estado cujo poder de decisão se destina ao exercício de influenciar o ambiente externo.

Um outro elemento presente na relação das duas Coreais incide na identificação das necessidades na defesa do interesse nacional por cada uma das partes. O objecto que liga neste caso de estudo o interesse nacional é não só a possibilidade de unificação como também a garantia de sobrevivência de duas esferas ideológicas opostas em que se termina por outorgar uma dimensão nacional projectada e aplicada na política externa de Pyongyang e de Seul.

² Sobre este assunto vide Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Ed., Coimbra, Almedina, 2010; Victor Marques dos Santos, *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007; José Adelino Maltez, *Curso de Relações Internacionais*, S. João do Estoril, 2002.

³ No tocante à *autopoiesis* vide Humberto Maturana; Francisco J. Varela, *Autopoiesis and Cognition. The Realization of Living*, Boston, D. Reidel Publishing, 1980.